

23 de maio de 2019

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

CORREIO BRAZILIENSE

APESAR DE TRAGÉDIAS, MINERAÇÃO É VITAL PARA A ECONOMIA

Estudos mostram que a paralisação e a redução da atividade mineral levam o caos aos cofres públicos e desemprego à população. Em três anos, o PIB mineiro pode encolher 12%

As duas maiores tragédias da história da mineração do país, a de Mariana, em 2015, e a de Brumadinho, no começo deste ano, reascenderam o debate em torno da importância do setor para a economia do país e dos estados que dependem da extração mineral, como Minas Gerais e Pará.

A conclusão, quase unânime, é a de que, sem a mineração ocorreriam outras catástrofes em várias partes do país, principalmente econômicas, fiscais e sociais. “É impensável para o Brasil e para Minas Gerais abrir mão da atividade da mineração, uma indústria que representa cerca de 4% do PIB brasileiro e 8% das riquezas geradas em território mineiro”, afirma Rinaldo Mancin, diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). “A extração mineral tem hoje um portfólio de quase uma centena de produtos, sendo a principal atividade econômica de muitas regiões distantes dos grandes centros e inviáveis para outros segmentos produtivos. Afinal, não se pode mover uma reserva de minério de um local para outro”, acrescenta o executivo.

Os números comprovam esse cenário. Um recente estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) aponta que a atual crise da mineração, causada pela paralisação das atividades da mineradora Samarco e de parte da produção da Vale, pode levar, entre 2019 e 2021, a uma queda de 130 milhões de toneladas na produção de dezenas de minerais, sobretudo minério de ferro.

A hipotética retração causaria a extinção de 1,48 milhão de postos de trabalho somente em Minas Gerais. O contingente de trabalhadores corresponde a mais de 11% do total de desempregados no país, cujo total passa de 12 milhões de pessoas. Com isso, pode haver uma queda de R\$ 6 bilhões na arrecadação do estado com impostos, uma retração de 27% no PIB industrial e uma redução de R\$ 27 bilhões na massa salarial no estado, gerando uma queda de 12% do PIB em três anos.

“Seria um completo colapso. Não há como imaginar Minas Gerais sem a mineração, tanto sob a ótica da economia quanto pela influência da atividade na qualidade de vida da população e da sustentabilidade das finanças dos municípios”, disse o ex-presidente da Samarco, Roberto Carvalho, pouco antes de se aposentar, no ano passado.

Uma cruzada contra o setor de mineração é especialmente preocupante para os municípios. De acordo com o Ibram, embora as cidades paraenses de Parauapebas e Canaã dos Carajás sejam as que mais dependem dos recursos provenientes da extração mineral, Minas Gerais tem 11 municípios entre os 15 do ranking que mais arrecadam com a chamada Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

No ano passado, os cofres de Nova Lima — cidade que mais se beneficiou com repasses desse tributo em Minas Gerais — receberam quase R\$ 173 milhões, dinheiro que sustenta escolas, hospitais, limpeza urbana e segurança pública. No caso de Mariana, que recebeu R\$ 106,1 milhões pelo CFEM em 2018, a inatividade da Samarco resultou em uma queda de 26% na arrecadação e fez o desemprego disparar de 6%, antes do rompimento da barragem de Fundão, para os atuais 27%.

“Estamos vivendo o caos. Sem a mineração, os estragos econômicos e sociais serão gigantescos”, diz o prefeito de Mariana, Duarte Júnior. “Todos dizem que precisamos reduzir nossa dependência da mineração, e isso é verdade.”

O dado mais preocupante em torno da crise da mineração não está nos balanços das gigantes do setor, como Vale, CSN, Samarco, ArcelorMittal, MMX e Usiminas. O problema é que, a cada emprego fechado na mineração, outros 13 são eliminados dentro da cadeia produtiva do setor — gerando um efeito cascata em toda a economia mineira.

Não se trata apenas de conjecturas e projeções, mas uma realidade atual. Um estudo da Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig) aponta que o corte de 40 milhões de toneladas na extração de minério de ferro anunciado pela Vale vai tirar R\$ 7,7 bilhões da balança comercial de Minas Gerais já neste ano.

Além disso, as paralisações das operações das minas de Timbopeba, no município de Ouro Preto, e de Alegria Sul, em Mariana, determinadas pela Justiça, afetarão em mais R\$ 4,4 bilhões a balança comercial. Juntas, essas reservas têm capacidade de produzir 22,8 milhões toneladas de minério de ferro por ano. Segundo o presidente da Amig e prefeito de Nova Lima, Vitor Penido, uma eventual redução da atividade de mineração em áreas consideradas de alto risco precisa ser promovida de forma gradual. “Não pode haver uma redução drástica da atividade sem planejamento, principalmente em uma fase de grandes desafios fiscais para todo o país”.

É inegável que o setor de mineração não pode, em nenhuma hipótese, seguir suas atividades sem garantir a total segurança de suas operações e barragens. Por outro lado, qualquer planejamento de mudança precisa, segundo especialistas, levar em conta a importância da atividade para a saúde dos recursos públicos e da geração de renda para as famílias mineiras.

Na avaliação do consultor de Relações Institucionais da Amig, Waldir Salvador, a interrupção das atividades pode instaurar um caos social nas cidades mineradoras. “Sem planejamento, cidades sofrerão de forma drástica com o colapso na arrecadação e, conseqüentemente, com a prestação de serviços básicos como saúde, educação, infraestrutura”, afirma.

NÚMEROS DO SETOR MINERAL



Área ocupada
0,5% do território nacional

Participação no PIB Industrial
16,8%

Volume de produção
mais de 2 bilhões de ton/ano

Receita em 2018
US\$ 34 bilhões

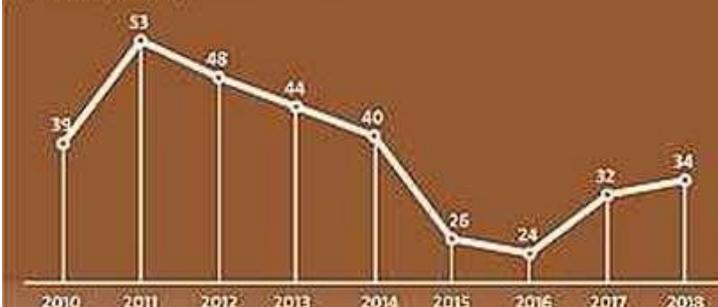
Exportações em 2018 (receita)
US\$ 29,9 bilhões

Exportações em 2018 (volume)
400 milhões de toneladas

Total de minas em operação (em regime de concessão de lavra)
9.415

Produção mineral brasileira - PMB*

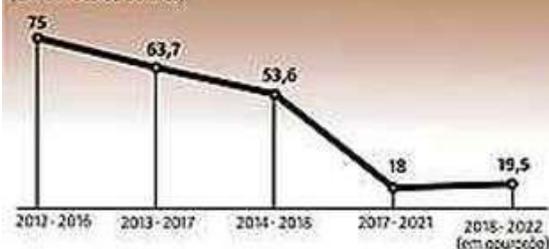
(Valor em US\$ bilhões)



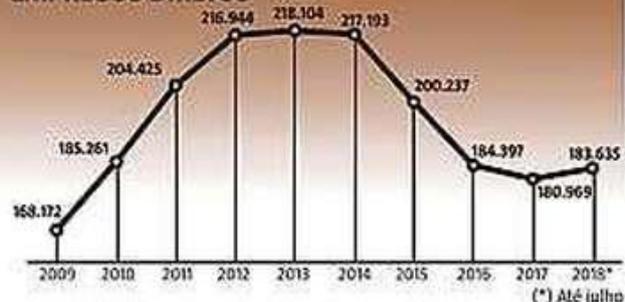
(* PMB é a soma de todos os bens minerais produzidos no país calculados em bilhões de dólares. Não inclui Petróleo e Gás.

CICLOS DE INVESTIMENTOS NO SETOR MINERAL

(em bilhões de dólares)



EMPREGOS DIRETOS



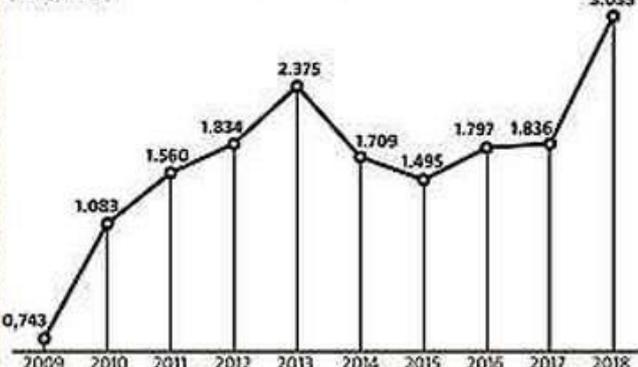
PRINCIPAIS PRODUTOS

(Produção em milhões de toneladas)

	2016	2017	2018
Minério de Ferro	430	400	400
Bauxita	35	32	32
Fosfato	6,8	6,8	6,8
Manganês	2,4	2,4	2,4
Alumínio	1,0	0,962	0,962
Potássio	0,460	0,460	0,460
Cobré	0,335	0,300	0,250
Zinco	0,240	0,230	0,250
Nióbio	0,090	0,090	0,090
Níquel	0,078	0,060	0,080
Duro	0,0095	0,0093	0,0082

ARRECAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (Em R\$ bilhões)



Perdas da Vale

A Vale informou ontem que registrou prejuízo de R\$ 6,4 bilhões no primeiro trimestre deste ano. Os números são os primeiros divulgados pela mineradora após a tragédia de Brumadinho, em Minas Gerais, que incorporam as perdas financeiras provocadas pela ruptura da barragem. No balanço dos primeiros três meses deste ano, a Vale reconheceu que o impacto financeiro da tragédia de Brumadinho foi de R\$ 19 bilhões no seu Ebitda (resultado operacional medido pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

Apenas com provisões relacionadas com a tragédia a companhia diz ter reservado R\$ 17,315 bilhões. Os gastos mencionados ocorreram apenas no primeiro trimestre e a companhia informou que não é possível avaliar futuros desembolsos. "No estágio atual das investigações, apurações das causas e possíveis ações de terceiros contra a Vale, não é possível determinar todos os custos que podem ser incorridos em decorrência do evento", cita o balanço do primeiro trimestre.

Fonte: Correio Braziliense

Data: 10/05/2019



MINERAÇÃO PODE "TRANSCENDER" CHINA, DIZ CHEFE DA GLENCORE

A indústria mineradora e metais pode "transcender" a China, seu maior cliente, sustentada pela maior demanda por matérias-primas decorrente das melhoras no padrão de vida mundial e do uso de energias mais limpas, segundo Ivan Glasenberg, o bilionário chefe da Glencore.

Por mais de dez anos, o setor de mineração direcionou suas atenções para a China, injetando bilhões de dólares em novos projetos e fusões e aquisições para atender a demanda aparentemente insaciável do país por commodities.

Os investidores, no entanto, começaram a ter dúvidas quanto às perspectivas de expansão do setor de mineração diante da mudança na forma de crescimento da China, que passou a depender mais do consumo.

Falando durante uma conferência para investidores em Barcelona, Glasenberg disse que a urbanização na África e em partes da Ásia, somada à transição energética, prenuncia um futuro brilhante para o setor.

"Nossa indústria pode transcender a jornada da China rumo a uma economia guiada pelo consumo", disse. "As necessidades futuras pelas commodities que produzimos provavelmente vão ser similares às do passado. Tudo se resume à demografia."

Para que o padrão de vida mundial se equipare ao dos países desenvolvidos até 2050, vão ser necessárias 428 milhões de toneladas adicionais de cobre até esse ano, segundo executivo. É cerca de 2,5 vezes o atual estoque mundial.

A transição para um transporte movido a eletricidade também vai impulsionar a demanda por cobre em 3 milhões de toneladas adicionais por ano até 2030. Para o níquel e o cobalto, as projeções são de 2,3 milhões de toneladas e de 263 mil toneladas adicionais por ano.

"Em 2030 [...] a demanda dos veículos elétricos [vai ser] equivalente a quase o dobro da nova oferta total de todos os prováveis projetos [de produção cobre]", disse.

Glaserberg ressaltou que aumentar a produção das minas vai ser difícil porque os recursos de alta qualidade e fácil desenvolvimento estão se esgotando.

"Os recursos remanescentes são cada vez mais difíceis de minerar e [sua exploração é] frequentemente dificultada por locais problemáticos, pior qualidade, mineralogia mais complexa, infraestrutura deficiente e dimensões sem escala comercial."

A Glencore é uma das maiores produtoras mundiais de cobre, níquel e cobalto. Também é uma grande fornecedora de carvão térmico, um combustível fóssil que é queimado em usinas termelétricas para gerar eletricidade.

As ações da mineradora tiveram problemas para se valorizar neste ano, afetadas por receios quanto à desaceleração do crescimento mundial, à revisão das projeções de desempenho de suas operações de cobre e níquel e às notícias de uma investigação das autoridades americanas de supervisão do mercado de commodities sobre possíveis práticas corruptas. "A companhia já alertou para prováveis novas reduções na previsão de produção anual de cobre", escreveu o analista Sam Catalano, do Credit Suisse, em informe.

"Além disso, depois do primeiro trimestre relativamente fraco, prevemos que a produção vai ficar pesadamente mais desequilibrada para o segundo semestre na maioria das divisões e alertamos para o risco de mais cortes abrangentes nas previsões anuais [da empresa]", escreveu Catalano.

Fonte: Valor

Autor: Neil Hume

Data: 15/05/2019

The logo for InfoMoney, featuring the word "InfoMoney" in a white, sans-serif font inside a black rectangular box.

GOVERNO ESTUDA OPÇÕES PARA ELEVAR OFERTA DE MINÉRIO DE FERRO

Na esteira da crise, as exportações do Brasil atingiram o menor nível em sete anos em abril

O governo brasileiro está estudando opções para compensar a menor oferta de minério de ferro diante do impacto causado pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, Minas Gerais, e pela suspensão das operações em outras minas. Com isso, a estimativa do governo é que a produção de minério do país mostre queda de 10% este ano.

"Temos reservas e capacidade para produzir e estamos melhorando essa capacidade", disse Alexandre Vidigal de Oliveira, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, em entrevista na quinta-feira em Perth, falando por meio de um tradutor. "As minas existentes têm potencial para aumentar a produção."

Na esteira da crise, as exportações do Brasil atingiram o menor nível em sete anos em abril. As interrupções - que coincidiram com a produção recorde de aço na China nos primeiros quatro meses - levaram a uma disparada dos preços este ano. Mais um choque, e os preços poderiam ultrapassar a marca de US\$ 100 a tonelada, segundo o Barclays.

A Vale, maior produtora mundial de minério de ferro, avisou que deve levar de dois a três anos para atingir a meta de produção de 400 milhões de toneladas que deveria ser alcançada em 2019, disse este mês Luciano Siani Pires, diretor financeiro da mineradora. A empresa suspendeu as operações com

uma capacidade combinada de 93 milhões de toneladas para melhorar as condições de segurança após o desastre da barragem em janeiro, que deixou centenas de mortos.

"Temos que considerar a causa do rompimento e ainda estamos investigando o que aconteceu", disse Oliveira. Para ele, as operações devem ser normalizadas no médio a longo prazo, mas acredita que o cenário para o ano que vem não é tão claro. O governo determinou que todas as barragens com operações semelhantes às da Vale permaneçam desativadas até 2021, disse.

Na quarta-feira, o preço spot de referência do minério de ferro subiu para US\$ 94,60, uma valorização de 30% este ano, segundo a Mysteel Global. No mês passado, o preço spot atingiu US\$ 95,90, o maior nível desde 2014.

Oliveira faz parte de uma delegação que planeja visitar as gigantescas operações de Pilbara da Fortescue Metals, com o objetivo de pesquisar novas tecnologias e ampliar os dados do ministério. A presidente da Fortescue, Elizabeth Gaines, disse que a mineradora tem reforçado os laços com a América do Sul há algum tempo.

"Estamos orgulhosos de mostrar nossas operações inovadoras, ativos de classe mundial e cultura única para representantes do governo brasileiro", disse Gaines por e-mail.

Fonte: InfoMoney

Data: 16/05/2019



VALE VAI AUMENTAR EM 70% PRODUÇÃO NO SUL DE CARAJÁS

O presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo, anunciou ontem, em encontro com investidores, em Barcelona, na Espanha, que a mineradora estuda aumentar a produção na Serra Sul de Carajás, no sudeste do Pará, para 150 milhões de toneladas de minério de ferro por ano depois de 2020. Isso representa alta de quase 70% sobre a produção hoje disponível no local, de 90 milhões de toneladas.

Dos 150 milhões de toneladas, 100 milhões serão asseguradas pelo S11D, que passará por expansão de 10 milhões de toneladas até 2022. Originalmente, o S11D foi desenhado para produzir 90 milhões de toneladas por ano. Hoje o S11D é a única produção da Vale na Serra Sul de Carajás. A expansão havia sido anunciada em dezembro. Na ocasião, a mineradora informou ainda que aumentaria a capacidade logística do Sistema Norte - que designa a produção total no Pará - para 240 milhões de toneladas de minério por ano a partir de 2022.

A Vale começou a produzir minério na Serra Sul, no município de Canaã dos Carajás (PA), no fim de 2016, mas já operava na região há mais de 30 anos. A produção na Serra Norte de Carajás, no município de Parauapebas (PA), começou em 1985.

A Vale informou que outras 50 milhões de toneladas serão desenvolvidas em outras áreas da Serra Sul de Carajás e vão servir para repor capacidade que ela perdeu em Minas Gerais após Brumadinho (MG). Esse volume adicional será importante também na oferta de "pellet feed", tipo de minério usado na produção de pelotas, inclusive para atender as siderúrgicas nacionais uma vez que depois de Brumadinho caiu a oferta desse insumo no mercado doméstico.

Apesar da perspectiva de aumento de volumes em Carajás, a produção da Vale deve permanecer na casa dos 400 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Esse era o volume de produção previsto para 2019 antes de Brumadinho. Agora deve ser atingido em prazo de três anos.

Os estudos para ampliação da capacidade na Serra Sul ainda são preliminares. Tanto que na apresentação de ontem de Bartolomeo não há maiores detalhes sobre prazos para a entrada em operação desses novos volumes. Fala somente em 150 milhões "além de 2020".

A Serra Sul se tornou uma nova fronteira para a Vale dentro da Floresta Nacional de Carajás (Flona), um dos poucos remanescentes de floresta amazônica no sudeste do Pará. Na apresentação feita a investidores, em evento do Bank of America Merrill Lynch, Bartolomeo mostrou que o S11D produzirá 75 milhões de toneladas em 2019 e 90 milhões de toneladas em 2020.

Ao falar em 150 milhões de toneladas, a Vale considera, portanto, não só o S11D, mas a Serra Sul de Carajás de forma ampla. Significa que a empresa quer minerar outros blocos na Serra Sul. Segundo a Vale, o S11D é só um bloco do corpo mineral que foi dividido em quatro partes: A, B, C e D. O potencial mineral do corpo S11 é de 10 bilhões de toneladas de minério, sendo que os blocos C e D possuem reservas de 4,24 bilhões de toneladas. As primeiras sondagens na região datam dos anos de 1970.

Até conseguir a autorização para explorar o S11D a Vale enfrentou longa negociação com o Ibama e com o Instituto Chico Mendes (ICMBio), responsável pela administração da Flona. A questão é como conciliar as necessidades da empresa, em termos de exploração, com a preservação da Flona. Resta saber agora como vai evoluir a negociação para licenciar outros blocos na Serra Sul de Carajás.

Conta a favor da Vale o fato de que a empresa desenvolveu tecnologia para processamento a seco no S11D, o que irá replicar em novos projetos na região. Por outro lado, a mineração tem contribuído para preservar a Flona, pese a forte pressão do desmatamento exercida por atividades no sudeste do Pará, entre as quais agropecuária.

Na apresentação aos investidores, Bartolomeo disse que entre os benefícios de aumentar a produção na Serra Sul estão a ampliação do processamento a seco e, portanto, a redução no uso de barragens; o aumento da flexibilidade operacional e logística dos produtos "premium", minérios mais ricos em teor de ferro, e a produção de "pellet feed" no Brasil para suprir pelotas para as siderúrgicas.

Fonte: Valor

Autor: Francisco Góes

Data: 15/05/2019



DESSE JEITO FICA DIFÍCIL

A criação da Agência Nacional de Mineração, uma reivindicação antiga, foi vista com bons olhos pelo setor mineral e considerada uma possibilidade real de modernizar os processos de controle e fiscalização da atividade de mineração. Afinal, havia muita morosidade e excesso de burocracia nas diversas fases de tramitação dos processos, com reflexos inevitáveis sobre o ritmo das atividades de exploração e produção.

A questão é que a simples criação da ANM, por si só, não apaga o passado nem zera os passivos de uma hora para outra. Primeiramente, porque o passivo é grande. Só Relatórios de Pesquisa existem nada menos que cerca de 20 mil que não foram analisados dentro dos prazos previstos, sendo que apenas em Minas Gerais há mais de 6 mil deles pendentes de análise. É importante observar que a aprovação dos

Relatórios de Pesquisa é decisiva para que o empreendedor siga em frente com o seu projeto, partindo para etapas como estudos de viabilidade, Plano de Aproveitamento Econômico, Requerimento de Lavra etc. Sem isso, ele fica de mãos atadas. Em termos de requerimentos de lavra, há um passivo de 16.769 processos pendentes de análise. Desses requerimentos de lavra, uma parte certamente pode se transformar em mina. Isso significa que a ANM tem como um de seus principais desafios reduzir e se possível zerar esse passivo no menor espaço de tempo, se quiser contribuir para que a atividade tenha maior dinamismo.

Uma outra lacuna existente é a capacidade de fiscalização da ANM, que ficou visível e foi bastante questionada por ocasião do último acidente com barragem de rejeitos. Ainda enquanto DNPM, o órgão implantou o SIGBM (Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens), que sem dúvida representou um avanço, porque estabeleceu mecanismos de controle das condições das centenas de barragens de mineração existentes no País. Porém, manteve-se a deficiência em termos de pessoal

e estrutura material (veículos, por exemplo) para realizar a fiscalização de barragens que eventualmente apresentassem problema. O acidente deixou claro que o SIGBM precisa ser aperfeiçoado e modernizado com tecnologias de digitalização.

Dentre as premissas que justificaram a criação da ANM estão autonomia, transparência, controle social, governança, prestação de contas, eficiência, simplificação, integridade e participação do setor. Ocorre que, para cumprir tais premissas, ela requer uma condição sine qua non: adequada estrutura humana, financeira e tecnológica. E aqui começam as dificuldades. Em termos de recursos humanos, a ANM atualmente conta com um quadro de 848 servidores, dos quais 350 podem se aposentar. O contingente é considerado bastante insuficiente para que a Agência possa conseguir a agilização que precisa. Pelo lado financeiro, de um orçamento de cerca de R\$ 210 milhões, equivalentes a 7% da arrecadação da CFEM, previsto pela legislação, o órgão terá, conforme o orçamento do governo aprovado para 2019, apenas R\$ 48 milhões, ou pouco mais de 20% do que a legislação prevê. Parece-nos um contrassenso que um órgão que exerce o controle e fiscalização de uma atividade que gera anualmente mais de uma centena de bilhões de reais disponha de meros R\$ 48 milhões. Só a título de comparação, a Apex, que tem apenas como principal papel a promoção das exportações brasileiras, tem um orçamento que beira os R\$ 800 milhões ou quase 20 vezes o que a ANM terá este ano. Com relação às tecnologias, a ANM precisa implantar sistemas para possibilitar a digitalização de processos, acabando com o método cartorial que vigorou por décadas e a instalação de big-data para realizar o processamento das informações e agilizar seus procedimentos. E isto, além de pessoal especializado, requer recursos expressivos, que vão muito além dos quarenta e poucos milhões de reais que lhe foram destinados. Só o aluguel das novas instalações para onde mudou – por absoluta inadequação do prédio onde estava instalada – deverá custar mais de R\$ 3 milhões por ano, entre aluguel e condomínio. Ou seja, a simples criação da ANM não vai contribuir muito para a modernização do setor mineral se não se lhe forem dadas as condições materiais para exercer adequadamente o seu papel.

Fonte: Brasil Mineral

Autor: Francisco Alves

Data: Abril 2019 – Ano XXXV



RECONTAGEM DE NIÓBIO PODE RENDER R\$ 5 BILHÕES A MINAS GERAIS

Resultado do recálculo da produção em Araxá será levado ao MP e ao Tribunal de Contas

Uma divergência na quantidade de nióbio extraído das minas em Araxá, na região do Alto Paranaíba, pode render até R\$ 5 bilhões ao governo do Estado. “É um caminho claro para a situação financeira do Estado. Nós podemos encontrar recursos pendentes em função de uma contradição de extração de nióbio que vai na ordem, de acordo com o cálculo, de mais de R\$ 5 bilhões”, afirmou o

deputado estadual Ulysses Gomes (PT) nesta quarta-feira (15), durante audiência pública da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Segundo o atual presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig/Codemge) e da Companhia Mineradora de Pirocloro de Araxá (Comipa), Dante de Matos, a produção das minas de Araxá passará por uma reconciliação técnica – uma espécie de recontagem da extração – para determinar em quanto o Estado foi prejudicado na divisão de lucros da exploração do mineral. “As futuras negociações com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) vão acontecer baseadas em novas auditorias. Os dados só serão negociados após a conclusão dos estudos”, afirmou Dante de Matos.

Em abril deste ano, Marco Antônio Castello Branco, que foi presidente da Codemig no governo de Fernando Pimentel, apresentou à Comissão de Minas e Energia questionamentos sobre a gestão do nióbio, e apontou irregularidades nos relatórios de lavra elaborados.

Araxá tem duas minas de nióbio, uma do Estado e outra da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM). Para gerenciar as jazidas, foi criada, em 1972, a Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá (Comipa), uma joint-venture entre a Codemig e a CBMM. O contrato prevê o controle compartilhado da Comipa, a extração paritária de minério em ambas as minas e o repasse de 25% dos lucros para a estatal mineira. Porém, segundo Castello Branco, o teor de nióbio da mina do Estado é 18% maior que a do mineral extraído da mina da CBMM. “Nossos estudos apontam que essa diferença, só em 2018, foi de 62 mil toneladas de nióbio”, diz o ex-presidente da Codemig.

Questionado, Dante de Matos afirmou que ao todo, essa diferença – que não é contabilizada na divisão dos lucros da empresa – pode ter chegado a 120 mil toneladas. “Mas esse valor só pode realmente ser informado após a reconciliação técnica ser feita”, ponderou. O contrato de parceria entre Estado e CBMM não considera o teor de nióbio. “Queremos mostrar que o teor é importante (no cálculo)”, disse o diretor de mineração da Codemig, Renato Costa.

“Na próxima semana a comissão (de Minas e Energia) irá ao Ministério Público para que o seja feito o acompanhamento” afirmou Ulysses Gomes. O deputado estadual demonstrou preocupação já que enquanto o processo não acabar, o repasse ao Estado do lucro da produção de nióbio continua desconsiderando o teor mineral, o que foi confirmado por Matos na audiência.

Fonte: O Tempo

Autores: Fransciny Alves e Ludmila Pizarro

Data: 16/05/2019



CABRAL TEM RESULTADOS DE ALTO TEOR EM SONDAGEM NA REGIÃO DE TAPAJÓS

A Cabral Gold disse hoje que um furo de sondagem mostrou 2,8 metros com 19,5 gramas de ouro por tonelada, a 42 metros de profundidade, incluindo 0,7 metro com 70,3 gramas de ouro por tonelada no alvo Morro da Lua. Esses resultados fazem parte do programa de sondagem de 2019 do projeto Cuiú Cuiú, na região de Tapajós, no Pará

Além disso, outro furo cortou 0,5 metro com 9,1 g/t Au, a 99,9 metros de profundidade e 0,6 metro com 14,8 g/t Au, a 130,9 metros, indicando a presença de, pelo menos, três veios de alto teor. Um terceiro furo, feito para testar a extensão ocidental para a zona de Jerimum Cima, retornou 24 metros com 0,7 g/t Au a partir da superfície, incluindo 0,7 metro com 8,9 g/t de ouro.

Segundo a Cabral, o alvo do Morro da Lua é mais ao norte dos dez alvos testados durante a recente campanha de sondagem e tem características magnéticas de tendência nordeste e EW, e uma anomalia moderada de ouro no solo que se estende por uma área de 1.500 por 700 metros.

"É também a localização de numerosos poços aberto por garimpeiros, que ficaram notórios por produzir uma alta quantidade de amostras com ouro visível. Os poços estão localizados a montante de trabalhos aluviais que se estendem por dois quilômetros ao norte. Amostras coletadas [nessas áreas] na superfície [...], em meados de 2018, retornaram resultados, variando de 5,5 a 162,4 g/t de ouro", declarou a Cabral em nota.

Nessa mesma área, amostras de trincheiras abertas em 2018, através de dois veios individuais expostos em estreitas galerias subterrâneas, retornaram teores de 0,3 metro com 10,9 g/t de ouro e 0,3 metro com 16,3 g/t de ouro.

A sondagem no Morro da Lua confirmou a presença de vários veios de alto teor em profundidade e, mais importante, confirmou a continuação da mineralização de alto teor em profundidade. "Sondagens adicionais serão necessárias para estabelecer a continuidade vertical e lateral desses veios de alto teor", disse a mineradora.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 17/05/2019



EFICIÊNCIA ENERGÉTICA É DESAFIO PARA A SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS DO SETOR MINERAL

Protótipos implantados em duas máquinas da AngloGold Ashanti pretendem reduzir o consumo de combustível em 4%, além de diminuir a emissão de gases

A AngloGold Ashanti se reuniu, em janeiro, com outras 21 mineradoras com operação no país para criar o Mining Hub, com o objetivo de apresentar desafios de projetos a startups. Especificamente, a AngloGold Ashanti apadrinhou a temática da Eficiência Energética, com projeto-piloto da startup Green Fuel. No início de abril, o projeto entrou na fase de implementação, em que as startups selecionadas por cada empresa do Hub começam a aplicar as soluções diretamente nas operações.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), a produção mineral brasileira cresceu 550% nos dez primeiros anos do século. Ao mesmo tempo, o consumo baseado em óleo combustível para processos de mineração e pelotização caiu para menos da metade, segundo dados do Balanço Energético Nacional. Isso demonstra as oportunidades e os desafios da temática.

Para a produtora de ouro, a busca por maior eficiência energética é um dos principais desafios do Mining Hub. "O uso intensivo de tecnologia é uma atividade crescente às empresas do setor mineral. Isso faz da inovação uma ferramenta de apoio para reduzir custos, ampliar produtividade e garantir maior longevidade e segurança às operações de maneira sustentável", explica José Gregório da Mata Filho, consultor de Metalurgia na AngloGold Ashanti.

O projeto da Green Fuel – Sistema de Otimização de Combustível e Emissão de Gases – usa célula de hidrogênio, instalada forma autônoma produzindo sobre demanda com controle eletrônica, instalada no equipamento. Nesta fase, estão sendo utilizados como protótipos uma carregadeira e um caminhão. "Esperamos obter os primeiros resultados dentro de uma a três semanas. Pelo nosso prognóstico, a

redução no consumo de diesel nas máquinas será da ordem de 4%, além de diminuir a emissão de gases”, explica Roberto Sinai, diretor da startup.

Segundo Sinai, além da diminuição do custo operacional, pela redução do consumo de combustível, “como a operação da mina é subterrânea, esperamos melhoria também nas condições operacionais, pela diminuição da concentração de poluentes nos gases emitidos pelos motores no interior da mina, além da diminuição da temperatura dos gases de escape”, avalia.

Sobre o Mining Hub

O Hub da Mineração consiste em um centro de inovação para startups e reúne empreendedores, mineradoras, empresas integrantes da cadeia de fornecimento da indústria mineral, pesquisadores envolvidos em projetos acadêmicos, empresas de base tecnológica e outros relacionados ao universo da mineração. Todos ocupam o mesmo espaço físico, trabalham juntos e em sintonia.

Inédito no mundo, o hub vai incentivar o desenvolvimento de soluções tecnológicas para projetos de mineração em todo o Brasil. A expectativa é que o resultado desse esforço impulse a competitividade das mineradoras e multiplique negócios ao longo da cadeia produtiva.

Atualmente, 21 mineradoras endossam e participam do projeto apoiado pelo Ibram, além de 12 fornecedores. São eles:

Mineradoras – Alcoa, Anglo American, AngloGold Ashanti, ArcelorMittal, Bahia Mineração, Bemisa, CMOC International Brasil, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Ferrous, Gerdau, J. Mendes, Kinross, LGA, Mineração Morro Verde, Mineração Usiminas, Nexa Resources, RHI Magnesita, Samarco, Vale e Yamana Gold.

Fornecedores – Clariant, Haver & Boecker, IHM, ISQ, Kluber Lubrification, Lhoist, Lots Group, Metso, Outotec, Petronas, Sotreq e Thyssenkrupp.

Na primeira fase do projeto, os parceiros atuantes no Hub da Mineração desenvolverem soluções nas seguintes áreas: eficiência operacional, fontes de energia renovável, gestão de água, gestão de resíduos e rejeitos, saúde e segurança ocupacional (SSO).

Sobre a AngloGold Ashanti

Uma das maiores produtoras de ouro do mundo no Brasil, a empresa possui minas e plantas metalúrgicas e de beneficiamento distribuídas nos estados de Minas Gerais e Goiás. Seus negócios englobam 13 operações em nove países, gerando mais de 60 mil empregos. A AngloGold Ashanti tem sede em Johannesburgo, na África do Sul, e suas ações são negociadas nas bolsas de Johannesburgo, Nova York, Austrália e Gana.

Com mais de 4 mil empregados diretos, as operações brasileiras respondem por 15% da produção global de ouro do grupo e estão entre as mais avançadas do mundo no campo da tecnologia de mineração, pela excelência dos equipamentos e processos utilizados e pelo desenvolvimento de soluções de engenharia para a atividade de mineração em subsolo.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 10/05/2019

A MINERAÇÃO DA BAUXITA É POP

Artigo do Presidente-executivo da Associação Brasileira do Alumínio (Abal)

“Temos que tornar a mineração pop em nosso país”, disse recentemente o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. A declaração fazia referência à bem-sucedida campanha publicitária do agro negócio veiculada em horário nobre na Rede Globo. O “Agro é pop” poliu o lado brilhante do segmento e o transformou em sinônimo de modernidade, prosperidade e motivo de orgulho para os brasileiros.

Concordo com o ministro. A mineração nacional merece ter a sua imagem resgatada. Quando praticada de maneira responsável, segura e sustentável, a exploração dos recursos naturais gira a roda da economia, traz desenvolvimento, faz o país crescer.

Pode parecer um despropósito fazer tal afirmação depois das tragédias de Mariana, em 2015, e de Brumadinho, em janeiro deste ano, ambas em Minas Gerais. Mas existem, sim, inúmeros exemplos no país de atividades mineradoras que geram riqueza, ao mesmo tempo em que respeitam o homem e a natureza. A extração da bauxita, minério que, ao ser transformado, dá origem ao alumínio, é um desses casos.

O Brasil possui a quarta maior reserva de bauxita do mundo e ocupa também a quarta posição entre os maiores produtores do minério. Nossa bauxita é considerada de ótima qualidade. Em 2017, produzimos 38 milhões 4 de toneladas, o que coloca o país como um personagem de peso no mercado internacional. Grande parte—75% — foi industrializada aqui mesmo, gerando tributos, empregos e agregando valor à cadeia produtiva nacional.

As nossas maiores reservas estão localizadas na Amazônia, no Pará. Uma mina de bauxita é uma operação complexa, que exige investimentos volumosos, planejamento de longo prazo e, sobretudo, diálogo e interação permanentes com as comunidades no entorno do empreendimento. Estamos falando de regiões remotas, muitas vezes alcançadas de forma precária pelo braço do poder constituído. Nesse caso, são as companhias de mineração que levam infraestrutura, serviços básicos e uma rede de apoio às populações locais, na forma de programas e benefícios.

À responsabilidade social dessas empresas corresponde igualmente o cuidado com o meio ambiente. Aqui vale um parêntese: para operar no Brasil, um empreendimento de mineração tem de cumprir uma série de licenças ambientais, além, claro, de seguir a legislação específica em vigor, que está longe de ser permissiva. As empresas de mineração de bauxita filiadas à Associação Brasileira do Alumínio (Abal) vão além do que exige a lei brasileira, pois estão alinhadas às melhores práticas de mineração responsável e sustentável no mundo.

A lavra da bauxita segue principalmente o método mining strips: grandes tiras de terra que são mineradas e recuperadas em sequência. O processo começa com a cuidadosa remoção da cobertura vegetal e da camada de estéreis da terra. Ambas são preservadas para reuso. Em seguida, a bauxita é extraída e levada para beneficiamento. Quando a lavra na tira chega ao fim, uma nova é aberta, ao mesmo tempo em que se inicia a recuperação da terra minerada, com a devolução da camada de estéreis e da cobertura vegetal originais, além do replantio de espécies endêmicas. As filiadas da Abal mantêm a relação de um para um entre área minerada e área reabilitada.

Investimento em tecnologia, em pesquisa e alto grau de responsabilidade ambiental estão por trás de histórias de sucesso, como na região de Mirai, em Minas Gerais, onde a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) mantém lavras de bauxita em áreas que foram lavouras de café. Graças a um programa de recuperação de terras desenvolvido pela CBA em parceria com uma universidade local, as antigas lavras

foram novamente cultivadas com café e, hoje, apresentam produtividade maior do que antes de servirem à mineração.

A Alcoa e a Hydro, nas áreas de mineração no Pará, aplicam métodos inovadores que aceleram a recuperação do solo. Um exemplo é a técnica de nucleação, que proporciona uma diminuição na emissão de gases do efeito estufa. A Mineração Rio do Norte (MRN), no entorno das áreas de lavra, promove ações de conservação e pesquisa ambiental por meio de convênios com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e com as Faculdades Integradas do Tapajós (FIT), no Pará.

Ou seja, nada a ver com a imagem da exploração predatória de garimpos ilegais que ronda o imaginário nacional, principalmente o do público urbano, quando a palavra mineração entra na conversa. Se sua reputação está arranhada, é a hora de recuperá-la, pois se trata de atividade estratégica para o país. E isso é responsabilidade de empresas, como as da indústria do alumínio, que a praticam dentro de padrões de governança corporativa, sustentabilidade e segurança social e ambiental. Para resumir numa expressão: a mineração da bauxita já é pop. É hora de termos orgulho do que construímos.

Milton Rego é Engenheiro mecânico, economista e bacharel em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Gestão pela Fundação Dom Cabral, desde 2014 é o presidente-executivo da Associação Brasileira do Alumínio (ABAL)

Fonte: Revista Mineração e Sustentabilidade

Autor: Milton Rego

Data: 14/05/2019



BARÃO DE COCAIS: APÓS ALERTA, CIDADE MINEIRA SE PREPARA PARA POSSIBILIDADE DE RUPTURA DE BARRAGEM

"As pessoas estão em alerta, mas nada de pânico", assegura o vice-prefeito da cidade de Barão de Cocais (MG), de cerca de 30 mil habitantes - avisados nesta semana sobre o risco iminente de rompimento de uma barragem no município, localizada a cerca de 10 km da parte central da cidade.

"Considerando outros (episódios de) rompimento de barragens, o material chegaria no centro de Barão de Cocais em uma hora e meia. Seria tempo suficiente para as pessoas serem avisadas e orientadas", disse Lourival Ramos, pelo telefone, à BBC News Brasil.

A população foi convocada para participar neste sábado de um simulado de evacuação, que será realizado pela Vale - dona da mina de Gongo Soco - em conjunto com a Defesa Civil.

Foi a própria Vale que informou órgãos públicos, no início desta semana, sobre o risco de ruptura da Barragem Sul Superior da mina nos próximos dias - se mantida a velocidade de deformação de um talude (terreno inclinado, natural ou artificialmente) próximo à barragem, que poderia gerar o rompimento, o acidente poderia ocorrer mais precisamente entre 19 e 25 de maio.

Em nota, a Vale afirmou que "não há elementos técnicos até o momento para se afirmar que o eventual escorregamento do talude (...) desencadeará gatilho para a ruptura da Barragem Sul Superior", mas que, ainda assim, o nível de alerta foi reforçado.

Para Ramos, os órgãos públicos, a população e a empresa estão preparados para um eventual acidente. Ele diz que não deixará a cidade nos próximos dias, mas, como precaução, preparou com a família uma bolsa com itens essenciais, como produtos de higiene e roupas.

Outros moradores que conversaram com a BBC News Brasil, no entanto, relatam apreensão na cidade - intensificada desde que a Vale notificou o Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) sobre a deformação do talude.

"O medo está nos olhos das pessoas. Muitas famílias estão deixando a cidade e indo para Santa Bárbara e outras cidades próximas", relata Fernando Batista, de 38 anos, ele próprio trabalhador do setor da mineração, mas em outra empresa.

"Preciso continuar em Barão de Cocais por conta do meu trabalho. Vou deixar minha filha e esposa em Itabira (outra cidade mineira, onde Fernando nasceu e tem família) e volto para trabalhar, pois no momento não tenho opção."

Alerta em fevereiro

A apreensão relatada por Fernando, porém, não é de hoje. Cerca de 500 moradores dos distritos de Piteiras, Socorro, Tabuleiro e Vila do Gongo, parte de Barão de Cocais e mais próximos à barragem, foram evacuados às pressas de casa na madrugada de 8 de fevereiro - duas semanas após o rompimento de uma barragem da Vale em Brumadinho, que matou 240 pessoas.

A evacuação foi realizada por determinação da Agência Nacional de Mineração (ANM) após uma inspeção na Barragem Sul Superior.

A ANM acionou o nível 2 de emergência - na escala, este é anterior ao nível de maior risco para barragens, o 3. O nível 3 veio no mês seguinte, no final de março, e está ativo desde então.

Segundo o vice-prefeito, hoje os distritos de Piteiras, Socorro, Tabuleiro e Vila do Gongo estão vazios e cerca de 160 famílias estão vivendo em hotéis e casas alugadas pela Vale.

"Socorro era um distrito com bastante gente, comércio, uma igreja católica visitada por muitos turistas. Hoje, está tudo parado", lembra.

Desde fevereiro, Fernando Batista conta ter ficado um tempo afastado da filha e da esposa, alocadas em Itabira, e mudou de imóvel em Barão de Cocais - buscando uma casa mais alta, fugindo de uma eventual lama de rejeitos da mineração.

A microempreendedora Cristina Vieira, 34, mora na chamada zona secundária de risco - ela fica a uma rua de uma área já bloqueada desde fevereiro e que será mais rapidamente afetada em caso de rompimento. Sua vizinhança está mais vazia, com algumas casas abandonadas desde fevereiro por seus moradores. Ela, casada e mãe de duas filhas, de 2 e 15 anos, diz que a família não pretende deixar a casa - mas já se organiza em caso de emergência.

"A cada hora do dia, a gente conversa entre si: se o alarme tocar, nos encontramos no ponto tal. Já falei para a minha filha mais velha que, se algo acontecer, vou buscar a mais nova e depois nos encontramos em um local combinado", relata.

Evacuação abrupta e assustadora

A atividade na mina de Gongo Soco, ao lado da qual está o talude em deformação e que pode afetar a Barragem Sul Superior, a 1,5 km, está paralisada desde 2016.

Batista diz que, por isso, os moradores não imaginavam que a barragem poderia trazer algum risco. Mas em fevereiro veio o susto, e, por ele, a Vale teve R\$ 50 milhões bloqueados pela Justiça em março a pedido do MP-MG e da Defensoria Pública do Estado.

"Conforme apurado, a evacuação ocorreu de forma abrupta e assustadora, durante a madrugada, causando pânico nos moradores locais, que deixaram os pertences e foram deslocados para o ginásio poliesportivo de Barão de Cocais", diz um comunicado do MP-MG.

Fonte: BBC

Autora: Mariana Alvim

Data: 17/05/2019



LATIN RESOURCES TEM PROJETO DE LÍTIO AVANÇADO EM MINAS GERAIS

A mineradora Latin Resources apresentou três projetos de espodumênio (lítio) que têm em Minas Gerais durante o evento Latin America Down Under (Ladu) em Perth, na Austrália. Segundo a empresa, um deles, o Salinas, está com a campanha de sondagem inicial pronta para começar

O projeto de espodumênio em pegmatitos Salinas está em uma área com pegmatitos de expressão superficial significativa com baixa inclinação em topografia levemente inclinada. Segundo a empresa, no local há duas grandes escavações ao longo de 200 metros e várias trincheiras, poços e galerias. "Pegmatitos abertos em todas as direções com espessura real potencialmente superior a 20-30m", diz a apresentação.

Segundo a LRS, as observações sugerem que o conteúdo de espodumênio excede 35% da rocha e que os melhores resultados de amostras coletadas na área apresentam 3,06% de Li₂O. A empresa diz que os cristais de espodumênio são "intensamente caulinizados" e que é necessária a exploração para avaliar o perfil de intemperismo em profundidade, mas somente com observação, a camada mineralizada tem comprimento de 400 metros com 10 metros de largura.

O projeto Seletas apresenta pegmatitos de expressão superficial significativa com um mergulho raso no sentido nordeste. Lá também os cristais de espodumênio estão "intensamente caulinizados". Segundo a Latin, há negociações em andamento para garantir seis concessões na área.

O projeto Outra Lado também contém pegmatitos de expressão superficial significativa com um mergulho raso para nordeste. Nesse empreendimento, "o pegmatito está aberto em todas as direções, com uma espessura real potencialmente superior a 30-40m e uma camada mineralizada superior a 700m".

No projeto, há espodumênio cristalino fresco na superfície "ideal para processamento". De acordo com a apresentação, "as observações sugerem que o conteúdo de espodumênio excede 25% da rocha. A amostragem recente de canal retornou uma média de 1,53% Li₂O em 991 m com cada amostra pesando aprox. 6 kg. 594 kg coletados".

A mineradora diz que o projeto Salinas está "incrivelmente avançado", com uma campanha de sondagem inicial pronta para execução, podendo obter as aprovações finais de lavra em até seis meses.

A empresa afirma, na apresentação, que pode adquirir uma pequena planta móvel para iniciar a produção em escala piloto e que há a possibilidade de venda de concentrado para a planta de hidróxido de lítio da CBL em Divisa Alegre (MG), que fica a 140 quilômetros do projeto.

A Latin cita como vantagens para esses projetos o fato de o Estado de Minas Gerais tem várias minas de lítio em operação, incluindo a Companhia Brasileira de Lítio (CBL), que também produz hidróxido de lítio. A facilidade para se obter permissões para explorar e lavar, além da ampla oferta de serviços e equipamentos para mineração.

Durante a conferência Ladu, além da Latin Resources somente a Meteoric Resources apresentou projeto no Brasil. A empresa tem o empreendimento de ouro Juruena, em Mato Grosso, comprado este ano da Crusader Resources. Do Brasil, participaram o embaixador brasileiro na Austrália, Sergio Eduardo Moreira Lima; e o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Alexandre Vidigal de Oliveira.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 20/05/2019

Agência Brasil

ANM REPASSA R\$ 271 MI A MUNICÍPIOS AFETADOS POR EXPLORAÇÃO DE MINÉRIO

A Agência Nacional de Mineração (ANM) informou hoje (16) que repassou R\$ 271 milhões a 461 municípios de 26 estados e do Distrito Federal afetados indiretamente pela exploração de minério. Os recursos, provenientes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), servem como compensação para municípios com atividade de mineração e aos locais por onde passam ferrovias, dutovias ou que fazem operações portuárias.

De acordo com a legislação, municípios enquadrados como afetados pela atividade de mineração, mas que não têm produção em seus territórios, recebem 15% do valor total da CFEM recolhida das empresas de exploração mineral.

Segundo a assessoria da ANM, serão repassados valores acumulados desde junho de 2018. A partir do próximo mês, a distribuição será mensal. “Esse reparte de royalty, em alguns casos, é um valor maior que o fundo do município. Para alguns, é até o dobro que o município recebe do estado. É um recurso imensurável para investir em segurança, educação, infraestrutura, segurança. A mineração está contribuindo para este desenvolvimento”, disse o diretor da ANM, Eduardo Leão.

Fonte: Agência Brasil

Autor: Luciano Nascimento

Data: 16/05/2019



SETE DE OUROS

Os últimos sete meses foram quentes para o mercado de ouro. Negócios bilionários como a compra da Randgold pela Barrick e a compra da Goldcorp pela Newmont. O bate-boca entre Newmont e Barrick, que resultou em uma nova empresa que vai tocar os ativos das duas gigantes em Nevada, um hotspot de mineração, também animou o mercado

Mas os últimos sete anos foram doloridos. Um estudo lançado pela McKinsey no fim de abril mostra que as 19 maiores mineradoras com ações em bolsas de valores perderam juntas US\$ 129 bilhões em valor de mercado. De outra forma, 35% do valor que tinham em 2011, US\$ 340 bilhões, na comparação com o que valiam no final de 2018.

A maior parte dessa queda veio com o declínio do preço (-125 bilhões), parcialmente compensado pelo aumento da produção (+25 bilhões).

Entre essas 19 empresas, somente a AngloGold Ashanti, Kinross, Yamana Gold, tinham ativos no Brasil. Algumas como a Jaguar Mining, cujas ações chegaram a custar 590 dólares em 2013, tem hoje um valor simbólico de 7 centavos e um valor estimado de 25,5 milhões, não entraram no estudo.

O resultado dessa carnificina foi o encolhimento das reservas dessas mesmas empresas, em coisa de 25% na comparação de 2012 com 2017, quando oficialmente havia 713 milhões de onças de ouro nas mãos dessas empresas.

O período de euforia do ouro (e do minério de ferro, alumínio e metais básicos) levou a aquisições a qualquer preço. O efeito disso, junto com a queda nos preços da onça, foi um enxugamento forçado dos custos, incluindo o de pesquisas, o que teve como resultado o enxugamento das reservas citado no parágrafo acima. Segundo o trabalho da consultoria McKinsey, as grandes mineradoras de ouro precisam recompor reservas para voltar a crescer e dar retorno aos seus acionistas.

A dieta sugerida pela consultoria inclui quatro pratos: inovações na exploração orgânica, estratégias de aquisição inorgânicas e transformação baseado em tecnologia (que se entende como a já popular transformação digital). Vamos olhar cada uma delas, pois, segundo a consultoria, a simples aquisição não vai dar o resultado esperado.

As inovações na exploração orgânica, diz a McKinsey, dão uma oportunidade para as empresas não apenas expandirem suas reservas minerais, mas também para criar uma fonte única de vantagem competitiva. Com tempo médio de 20 anos da descoberta até a primeira produção, e custos de exploração nas alturas, a indústria mineral busca tecnologias que acelerem seu atual modelo de exploração e gerem novas descobertas.

Analítica avançada, quando aplicada à exploração, mostra que as empresas poderão avaliar uma enorme variedade de fontes de dados, incluindo logs de sondagem, modelos geológicos e análise de mapas não estruturados simultaneamente para identificar novas correlações e, finalmente, identificar melhores alvos.

Estratégias de aquisição inorgânicas ainda têm um papel importante, como mostra a fusão da Barrick com a RandGold, embora o foco precise ser uma implementação rigorosa e disciplinada à medida que as equipes de gerenciamento reconstruam a confiança com acionistas e investidores.

"As estratégias inorgânicas implantadas pelas grandes empresas de mineração precisarão refletir uma abordagem de portfólio que equilibre a certeza de curto prazo do crescimento da produção e dos fluxos de caixa com opções de crescimento de longo prazo. Além disso, as equipes de estratégia de mineradoras precisarão procurar mais por fontes de sinergia entre transações, seja concentrando-se em geografias específicas, tipos de mineralização e corpos minerais, ou técnicas de processamento. Nesse âmbito, deve-se notar que as alienações serão tão importantes quanto aquisições na formação de portfólios corporativos", diz o trabalho da consultoria.

A McKinsey afirma ainda que as transformações originadas em tecnologia precisarão continuar sendo uma prioridade na agenda das equipes de gerenciamento, à medida que a próxima onda de produtividade é impulsionada em toda a empresa.

Para aproveitar as futuras oportunidades de custo e produtividade, as empresas de ouro precisarão adotar a inovação em automação de aprendizado de máquina, tecnologia móvel digital, a Internet das Coisas Industrial (IIoT) e blockchain.

"O impacto provavelmente será visto em toda a cadeia de valor através, mas não limitado a modelagem geológica estocástica, caminhões e perfuratrizes autônomas, otimização da logística e programação de mina, estratégias de manutenção preditiva e otimização de rendimento nas plantas de processamento", afirma o estudo.

A McKinsey disse que a resposta estratégica será diferente por empresa, dependendo de fatores como reservas de ouro e pipeline do projeto, a exploração interna e as capacidades de desenvolvimento do projeto, bem como a solidez do balanço financeiro e o histórico da implementação de fusões ou aquisições.

Seja qual for a abordagem adotada, as equipes de gerenciamento precisarão se concentrar tanto na exploração orgânica, aproveitando as novas tecnologias quanto as estratégias inorgânicas cuidadosamente avaliadas e executadas com perfeição. "Para CEOs e equipes de gerenciamento prontos para assumir o desafio, essa nova era pode ser uma era de ouro", resume a consultoria.

Quem quiser ler o trabalho completo, clique [aqui](#).

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 20/05/2019



CBA VAI INVESTIR R\$ 300 MILHÕES EM PROCESSAMENTO A SECO DE RESÍDUOS

A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim, vai investir R\$ 300 milhões em um projeto de processamento a seco do resíduo da produção da alumina na usina em Alumínio, no interior de São Paulo. O projeto prevê a compra de três filtros-prensa que retira até 75% da água que é utilizada no beneficiamento da bauxita para produzir a alumina.

O resíduo formado será usado na produção de cimento e na produção de calcário fertilizante. Hoje, no processo atual, a CBA consegue retirar somente 45% da água e a lama que é gerada é armazenada na barragem de Palmital que fica na usina. O projeto tem início neste ano e a expectativa é que em 2020 já esteja em operação.

Roberto Seno, gerente de tecnologia da CBA, explicou que o projeto está em fase de licenciamento. A empresa já tem licença prévia e com ela em mãos, em 2015, a CBA deu início ao projeto piloto em que comprou o primeiro filtro-prensa que tem 10 metros de comprimento e capacidade de filtragem de 160 toneladas por dia, o que corresponde a 10% da produção diária de resíduo na usina.

Quando começamos os testes, vimos que poderíamos utilizar todo o resíduo gerado na produção. Com essa filtragem a água gerada no processo ainda tem muito mineral, por um processo químico, retiramos o calcário, que é o que dá a cor avermelhada ao líquido, e reutilizamos a água que sobra no processo de produção de alumina. Ela tem uma quantidade considerável de bauxita, por exemplo. Com isso, vimos que poderemos utilizar bem menos o minério para a produção de alumina", afirmou o executivo.

O "torrão" de terra que é gerado com a filtragem, segundo o executivo, pelos testes realizados pela companhia, pode virar pozolana, que é um insumo para a produção de cimento. "Quando o projeto estiver em operação, 40% do resíduo seco gerado será transformado em pozolana que será destinada à

Votorantim Cimentos que tem uma unidade de produção próxima à nossa usina. A pozolana pode substituir em até 20% o clínquer (escória e calcário), um dos insumos do cimento", afirmou o executivo.

Enquanto o projeto não entra em operação plena, Seno contou que o resíduo seco que foi gerado na fase de testes está armazenado na usina e posteriormente será enviado à Votorantim Cimentos para a transformação em pozolana. "Foi um desenvolvimento conjunto das duas subsidiárias e, assim como para a CBA, o ganho ambiental será significativo, pois, na produção de clínquer a emissão de CO2 é bem alta."

Seno ressaltou que os três filtros-prensa, de 25 metros de comprimento e capacidade de filtragem de 50 toneladas por hora, serão instalados dentro da usina. O outro equipamento que foi utilizado no projeto piloto será usado para filtrar os resíduos da barragem que tem dois milhões de metros cúbicos de resíduo. "Já conseguimos retirar 56% da água dessa barragem que volta para a operação. A meta é até 2020 conseguirmos secar a barragem. Esse projeto faz parte do plano de descomissionamento da barragem que está previsto para ser concluído em 2040."

O resíduo sólido que surgirá da filtragem da barragem, Seno contou que, pelos testes realizados pela CBA, tem grande quantidade de calcário com propriedades para ser usado como fertilizante. "Estamos em processo de conseguir a licença junto ao Ministério da Agricultura para comercializar esse fertilizante. É um produto que, pela qualidade, temos que posicioná-lo bem dentro do mercado."

Seno ressaltou que essas iniciativas fazem parte de um plano da CBA em agregar valor aos resíduos gerados na produção e com isso estruturar uma nova área de negócios dentro da empresa.

Fonte: Valor

Autora: Ana Paula Machado

Data: 21/05/2019



sbgnco.wixsite.com/xvisgco